

LUGAR E LUGARIDADE

<https://doi.org/10.4215/rm2020.e19008>

Eduardo Marandola Jr ^{a*}

(a) Dr. em Geografia. Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade de Campinas, São Paulo (SP), Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7791-9240>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/3962303942126121>.

Article history:

Received 04 March, 2020

Accepted 09 March, 2020

Publisher 15 April, 2020

(*) CORRESPONDING AUTHOR

Address: UNICAMP. Rua Pedro Zaccaria, 1300. CEP 13484-350. Limeira, (SP), Brasil.

E-mail: Eduardo.marandola@fca.unicamp.br

Resumo

Apesar dos esforços de diferentes perspectivas em retirar o lugar de seu mero sentido de localização geométrica formal, este continua aparecendo nas formulações geográficas de lugar. Em outras palavras, a força do reconhecimento teórico, não raro, se perde na condução de investigações de lugares e situações geográficas específicas, as quais estruturam-se a partir de uma concepção moderna de sujeito (autoconsciente) e objeto. O artigo retoma o debate do sujeito na filosofia moderna, a partir da diferenciação ontológica e da Kerhe do pensamento heideggeriano, a propósito de incitar a radicalidade de uma topologia como geografia das emergências, a partir do lugar como modo de ser, ou seja, lugaridade.

Palavras-chave: Sujeito; Res Extensa e Res Cogitans; Modos de Ser; Topologia.

Abstract / Resumen

PLACE AND PLACENESS

Despite the efforts of different approaches to remove the place from its mere sense of formal geometric location, this idea continues to appear in geographic conceptions of place. In other words, the strength of theoretical recognition is often lost in conducting investigations of specific places and geographical situations, which are structured on the basis of the modern conception of subject (self-conscious) and object. The paper resumes the debate of the subject in modern philosophy from the ontological differentiation and the Kerhe in the Heideggerian perspective, in order to prompt the radicality of a topology as a geography of emergencies, starting from place as a way of being, that is, placeness.

Keywords: Subject; Res Extensa and Res Cogitans; Ways of Being; Topology.

LUGAR Y LUGARIDAD

A pesar de los esfuerzos de diferentes perspectivas en retirar el lugar de su mero sentido de ubicación geométrica formal, este continúa apareciendo en las formulaciones geográficas de lugar. En otras palabras, la fuerza del reconocimiento teórico a menudo se pierde al realizar investigaciones de lugares y situaciones geográficas específicas, las cuales se estructuran a partir de una concepción moderna del sujeto (autoconsciente) y el objeto. El artículo retoma el debate del sujeto en la filosofía moderna, a partir de la diferenciación ontológica y de Kerhe del pensamiento heideggeriano, con el propósito de incitar la radicalidad de una topología como geografía de las emergencias, a partir del lugar como modo de ser, es decir, lugaridad.

Palabras-clave: Sujeto; Res Extensa y Res Cogitans; Modos de Ser; Topología.



INTRODUÇÃO

Duas das partes mais intrigantes e obscuras do famoso texto “Construir, habitar, pensar”, de M. Heidegger, são:

1)A referência à ponte como lugar e doadora de espaços: “A ponte não se situa num lugar. É da própria ponte que surge um lugar.” (HEIDEGGER, 2001, p.133), e;

2)A referência à relação homem-espaço: “Não existem homens e, além deles, espaço.” (HEIDEGGER, 2001, p.163 – grifos no original).

Eu mesmo já fiz citações destes trechos, estando ambos na minha tese de doutorado, defendida há mais de 10 anos (MARANDOLA JR., 2008a). Explorei a discussão sobre a ponte para pensar a circunstancialidade como sentido de lugar (em conexão com o Umwelt) (MARANDOLA JR., 2012), e estão disponíveis muitas outras referências a estes trechos em discussões diferentes, com destaque para autores que têm defendido a virada topológica no pensamento heideggeriano, como Jeff Malpas (2008; 2017) e Ligia Saramago (2008; 2012).

No entanto, apesar de muito exploradas e discutidas e de terem uma presença e influência nas concepções geográficas de lugar, parece haver uma dificuldade para as implicações radicais daquilo que está ali colocado repercute de forma mais ampla na forma como concebemos o lugar. Para além do entendimento em si, parece haver algo que faz com que a reverberação seja mais discursiva do que efetiva, provocando um efeito desconfortável de insistência em concepções de espaço e lugar embebidas de princípios geométricos puros que remetem ao espaço absoluto e à exterioridade.

Isso voltou a chamar minha atenção durante o curso que ministrei em torno das discussões fenomenológicas de lugar, em Julho de 2019, o que me motivou a voltar ao tema neste artigo, em dois movimentos: investigar, como propedêutica, a dificuldade, e reforçar, em sentido propositivo, a radicalidade das implicações possíveis do sentido aberto por aquelas frases.

Quanto ao primeiro movimento, a tese central é a de que por mais que promovamos renovações e guinadas de perspectiva, seja a partir da fenomenologia, da hermenêutica, do existencialismo ou de outros movimentos de pensamento que nos ajudam a realizar a crítica à modernidade, parece haver um ponto cego que mantém nossa compreensão do espaço e da espacialidade (e consequentemente, da geografia e do lugar) ligada à res extensa, o que implica uma dada compreensão do sujeito, da natureza e da própria relação sujeito-objeto que privilegia o sujeito como tendo a prerrogativa do conhecimento.

Buscar ir além da res extensa como crítica a uma concepção subjetivista egocêntrica do conhecimento não é um movimento apenas da fenomenologia. Ao longo do século XX, as críticas à modernidade ajudaram a abrir uma grande fenda no pensamento ocidental que rompeu com a clara separação moderna entre res cogitans e res extensa.

Autores com influências marxistas heterodoxas, como de H. Lefebvre ou M. Santos buscam isso em suas compreensões do espaço social e do espaço geográfico, respectivamente; D. Massey com seu neomarxismo pós-estruturalista também, dando força à eventualidade; G. Deleuze e F. Guatarri, com sua geofilosofia em devir também são exemplos deste movimento. No entanto, mesmo perspectivas geográficas construídas a partir de tais orientações parecem ter dificuldades em se livrar de tais concepções quando vão da reflexão à investigação de situações geográficas específicas.

Assim, como contribuição para pensarmos o lugar a partir da radicalidade expressa nas citações iniciais de Heidegger, retomarei as implicações da diferenciação ontológica moderna entre res cogitans e res extensa, sobretudo em Descartes e Kant, buscando reter deles os fundamentos de uma dada compreensão do conhecimento centrado no sujeito, promovida pelos modernos, e suas implicações para a Geografia.

Este debate, que talvez seja o “ponto cego”, nos ajudará a olhar novamente para as perspectivas de lugar, na filosofia e na geografia, a partir de uma outra perspectiva. Este caminho, espero, deverá abrir a possibilidade de uma geografia mais-que-extensiva, pautada em outra compreensão da relação sujeito-objeto, orientada não para os conteúdos, mas para uma topologia das emergências, dos modos de ser, não das substâncias: uma geografia das lugaridades, mais que dos lugares.

REVISTANDO A QUESTÃO DO SUJEITO

Um auditório, com ar-condicionado e péssimas janelas. Uma mesa como “púlpito” e uma cadeira de frente a uma assistência que assiste. Nada mais hermético. Mas, ali está uma câmera que rompe este invólucro fechado, criando uma linha de fuga: uma saída, mas de um sentido só, pois podemos ser ouvidos, mas não ouvir. O hermetismo se mantém, assim, pelo controle exercido sobre a dinâmica do auditório, seu sentido, objetivo, duração, formato. Não que não haja interação, como as trocas de olhares e gestos que fazemos à medida que alguém posicionado no “púlpito” fala e os demais ouvem, afinal, falar e ouvir são ações corpóreas. Há ainda os sorrisos, cochichos e, evidente, as perguntas, reflexões, comentários (escritos em papel, no celular, ditos em voz alta). Há uma forma neste hermetismo, nesta impermeabilidade que, sem valorá-la, apenas descrevo como uma materialidade disposta e que, ao mesmo tempo, dispõe. Uma tonalidade afetiva, uma corporeidade própria, uma intencionalidade. Um con-viver, um hábito, uma prática cultural, um costume. Ou seja: tudo aquilo que conhecemos pelas vivências como o lugar “seminário acadêmico”. Ou deveria me referir ao lugar do seminário acadêmico?

A necessidade ou não de utilização desta preposição expressa bem a natureza da questão que temos diante de nós. Não por uma questão gramatical, mas à guisa da meditação do sentido de lugar. O uso ou não da preposição indica a aceitação do seminário acadêmico como lugar ou, de outro lado, coloca a necessidade do seminário acadêmico, como evento, de “um lugar” para acontecer. No caso, um auditório.

Se alguém lhe perguntar nesta situação, pelo Whatsapp, onde você está, como responderá? No auditório específico com sua numeração, nome e localização (bairro, cidade, estado), ou indicará o nome do seminário que participa?

As respostas possíveis encetam diferenças na compreensão do papel da espacialidade na experiência e, mais detidamente, na própria compreensão do ser humano e sua existência. Proponho, para pensarmos, tomar estas diferenças a partir das articulações, como estabelecidas na filosofia moderna, da res cogitans (a interioridade, o intensivo) e da res extensia (a externalidade, o extensivo), as quais permitiram a estruturação de todo o pensamento moderno, inclusive da Geografia, consagrada como ciência do espaço extensivo.

Antes de nos remetermos à Geografia propriamente dita, vale retomar a história filosófica que Edward Casey compôs sobre o lugar em seu fundamental “The fate of place” (CASEY, 1998). Em busca do lugar, ele acompanha as formas como o conceito aparece no pensamento ocidental, remontando aos gregos (sobretudo Platão e Aristóteles), passando pelos antigos e medievais, os modernos e os contemporâneos. Uma das lições que quero reter de seu valioso estudo, é o movimento que parte do lugar (o chora platônico e o topos aristotélico), passando ao espaço, com destaque para a supremacia deste entre os modernos, e a reemergência do lugar no movimento de crítica à modernidade.

Se há nos gregos um sentido de intensividade (Platão) e situacionalidade (Aristóteles), que levam à centralidade do lugar em relação ao espaço, os medievais e acentuadamente os modernos promoverão uma guinada tão forte ao espaço que o lugar praticamente desaparece enquanto categoria relevante para pensar a experiência ou a existência humana.

Casey (1998) mostra como o “onde” está no centro da preocupação aristotélica em sua “Física”, na busca por determinar a natureza das coisas. A questão deste “onde”, no entanto, é correlata direta do movimento, que envolve a propriedade dos corpos, a relação forma e conteúdo (e o continente), bem como a dinâmica de mudança.

Bergson (2013), em sua tese sobre o conceito de lugar em Aristóteles, questiona-se porque o grego estava preocupado com lugar e não com espaço? A resposta, encontrada na “Física”, é a relação entre forma e matéria, que lhe atribuem a qualidade de conteúdo. O espaço é compreendido a partir de seu uso e preenchimento (negação do espaço vazio), o que remete à compreensão de corpo como justaposição das partes (como extensão), resultando que “o lugar nasce da justaposição dos corpos”, denominando espaço “aquilo pelo que se dá e se muda a justaposição dos corpos, digo, a condição da extensão e do movimento.” (BERGSON, 2013, p.155). Segundo Bergson, Aristóteles se direciona do espaço para o lugar justamente para poder qualificar o espaço para além de sua volumetria (espaço indeterminado), buscando o contido e o determinado. “O lugar aristotélico não existe antes dos corpos,

mas nasce da ordem e disposição dos corpos.” (BERGSON, 2013, p.161).

A extensão, neste caso, ficou separada do corpo, pela distinção entre corpo em ato e corpo em potência, separando o efetivo da potencialidade dos membros. Com esta operação, segundo Bergson (2013), Aristóteles desfoquei da superfície dos corpos, enfatizando o corpo todo, de forma a desviar da extensão. Os modernos (como Leibniz) juntaram lugar e extensão e por isso focaram no espaço.

Mas a pedra angular deste movimento foi Descartes. Se os modernos fizeram a junção entre lugar e extensão, isso se deve ao sujeito cartesiano que tornou a autoconsciência a referência para todo o conhecimento (DESCARTES, 2004). É o exercício da razão, pelo Cogito, o único acesso ao verdadeiro conhecimento. Mesmo o voltar-se ao mundo, para Descartes, era para compreender a si mesmo e, do mesmo modo, compreender o mundo era compreender a si mesmo (KUJAWSKI, 1969). De que maneira isso afeta a compreensão de lugar e sua articulação?

Em uma das preleções anteriores a “Ser e tempo” (HEIDEGGER, 2012a), “Os problemas fundamentais da fenomenologia”, Heidegger (2012b) examina algumas teses sobre o ser, no âmbito e a propósito de sua ontologia fundamental. No capítulo 3, ele escrutina a tese da ontologia moderna, de Descartes a Kant. Partindo da diferença ontológica entre res extensa e res cogitans, construída e sustentada por estes autores, Heidegger mostra como a filosofia moderna, ao subjetivar o conhecimento pelo retorno consciente ao eu-sujeito sem se desvincular da ontologia tradicional fica refém de um ser mediano que não se pergunta nem se desdobra na multiplicidade de modos de ser, não permitindo uma questionabilidade ontológica apropriada.

Para Heidegger, ambos, Descartes e Kant, se prendem à existência em seu sentido de “presença à vista” como base para inteligência e compreensão da realidade. Embora reconheça o esforço e os avanços de Kant em buscar formas de subjetivação, para Heidegger ambos carregam uma marca irremissível que é a separação entre o sujeito e o objeto: o sujeito autoconsciente (cuja falibilidade e insustentabilidade Heidegger se esmera em mostrar, assim como nas célebres passagens de “Ser e tempo”) e o objeto como aquilo (res) que se dá à apreensão, a natureza em sua extensividade.

O que nos interessa na crítica heideggeriana é a repercussão da cisão ontológica moderna: de um lado o ser humano, de outro a natureza; de um lado um sujeito autoconsciente, de outro o mundo que, pelo ângulo do sujeito, se torna objeto/objetivado; de um lado um ente que é fim em si mesmo (homem autoconsciente) de outro a natureza que é “presente à vista”. No fundo, Heidegger (2012b, p.224) aponta para uma limitação na conceituação de sujeito como estando no campo do autoevidente, o que afasta, em sua perspectiva, a possibilidade dos modernos alcançarem “o modo de ser próprio ao sujeito”, ou seja, seu caráter intencional como ser-no-mundo como modo próprio do ser-aí relacionar-se com aquilo que ele não é.

Esta crítica e o encaminhamento heideggeriano em direção à diferenciação ontológica ser e ente, bem como ao modo próprio de existência do ser humano (ser-aí) e sua formulação ser-no-mundo, ou ser-e-estar-no-mundo, é uma busca de renovar a possibilidade da pergunta pelo ser, operando a destruição da tradição (como componente de seu método fenomenológico). A posição de Heidegger (2012b) é a de que a tese ontológica moderna não reelabora, substancialmente, a tradição, mas apenas lhe dota a ontologia de uma ênfase desconcertante no sujeito, constituindo uma subjetivação que, na crítica heideggeriana, é insustentável.

A recorrência a si, na forma de um sujeito autoconsciente, ligado à res cogitans, relega todo o conhecimento à apreensão da res extensa, ganhando forma como natureza. O espaço é associado diretamente com o extensivo por Descartes, mas ele recebe mais atributos, como mostra Casey (1998): espaço é absoluto, a partir de Newton, é relativo, a partir de Locke e Leibniz e é um ponto, como nas acepções positivistas e neopositivistas.

Todas estas concepções de espaço estão erigidas na separação ontológica entre res cogitans e res extensa, o que explica a ênfase no espaço entre os modernos, tornando fácil vislumbrar o nascimento da Geografia Moderna nesta mesma chave. Se remetermos ao próprio Kant, que não apenas reificou, mas tornou ainda mais aguda a separação ontológica cartesiana, é fácil ver sua Geografia (KANT, 1999) no sentido de uma ciência do espaço, ou seja, da res extensa: da extensividade, da exterioridade, daquilo que está “presente à vista”, desvinculada ontologicamente à existência própria do ser humano. A Geografia ligada à res extensa é objeto para apreensão: é espaço de disposição e organização que está remetido sempre a um sujeito autoconsciente cuja prerrogativa é o conhecer.

Nesta chave, se voltarmos à questão da nomeação do lugar “seminário acadêmico”, seríamos levados a exigir a presença da preposição: lugar do seminário acadêmico, um auditório. Estaríamos em uma compreensão do espaço como absoluto e geométrico, normativo por si, cartografável por definição nas geografias à maneira do geógrafo de “O pequeno príncipe” (SAINT-EXUPÉRY, 1999).

Este lugar como espaço extensivo, no entanto, não é apenas absoluto, mas também pode ser apreendido como relativo. Ou seja, o auditório, construído com certos propósitos, pode ser mais de um lugar a depender da temporalidade e do ponto de vista. Trata-se de uma sala de defesa, na qual alguns têm lembranças agradáveis, ou não. Talvez alguém tenha conhecido seu amor no mesmo auditório, ou uma amiga preciosa para toda a vida. Uma palestra pode ter sido fundamental na decisão de fazer pós-graduação, ou mudar completamente a pesquisa. Ou, ainda, tomou-se aqui a decisão de se suicidar. Tantas possibilidades encetam este mesmo auditório.

Notem, no entanto, que o espaço relativo não supera a cisão ontológica entre res cogitans e res extensa: apenas retira o seu caráter absoluto, mantendo a separação sujeito-objeto, nos termos aqui colocados, intacta.

A compreensão de um espaço relativo alimentou bastante as perspectivas humanistas na Geografia, as quais deram centralidade à experiência e à existência, assumindo assim a prerrogativa do sujeito na constituição dos lugares. Perspectivas culturalistas também se pautaram por compreensões deste tipo, levando a questão para o âmbito dos grupos sociais, entendendo os significados e representações coletivamente constituídas como fundantes dos lugares.

No entanto, o quanto uma perspectiva do espaço absoluto, que existe per se, não subjaz em muitas destas perspectivas, assumindo-se o sentido de lugar como que uma camada constituída a partir e sobre um lugar material que utiliza a preposição? De outro lado, ao não romper com a cisão, a perspectiva de sujeito destas geografias, não estaria igualmente orientada a uma perspectiva da autoconsciência que acaba por levar para o campo extensivo populações, culturas e sentidos? Ou, para usar termos heideggerianos, o quanto estas perspectivas, mesmo orientadas fenomenologicamente, não teriam tratado a existência como “presente à vista”, autoevidente, pautadas por um ser mediano geral? O quanto elas romperam com a cisão ontológica, buscando o ser-no-mundo, para usar a expressão heideggeriana, ou a carnalidade, para se referir a Merleau-Ponty (2007), ou ainda a alteridade, para se remeter a Lévinas (2011)?

Talvez seja esta persistência de uma referência ao espaço absoluto ou relativo extensivo seja o que algumas perspectivas contemporâneas, pós-1990, passam a denominar de “essencialismo”. Mesmo que eu discorde do uso que fazem do termo, este busca nomear um enclausuramento em uma espacialidade de lugar que aprisiona pela sua fixidez, seu hermetismo e sua a-temporalidade. É conhecida, por exemplo, a crítica de Doreen Massey e das geografias feministas a esta perspectiva de lugar (cujo alvo privilegiado seria Yi-Fu Tuan), o que levou à elaboração de um “sentido global de lugar” (MASSEY, 1994) e, na primeira década de 2000, a uma compreensão de lugar como “coleção de histórias até então” ligada à eventualidade (MASSEY, 2008). A busca de Massey e outros autores e autoras que seguiram esta crítica era justamente dotar de movência e dinamicidade o lugar que, para eles, estava preso ao hermetismo e à cristalização dos sentidos e da própria identidade.

Interessante que nesta perspectiva, é a temporalidade, pela compreensão de evento, que ganha relevo para dinamizar o lugar. Este se torna um nó (não físico), um feixe de relações nas quais o espaço está implicado, dinamicamente, mas que nega qualquer conexão com o espaço absoluto ou mesmo com o espaço relativo dos pontos de vista. Não é relativo, está em devir: construção e desconstrução constante pelas contradições e lutas políticas e dos desejos. Inclusive no âmbito da imaginação espacial (os discursos e as representações – articulações entre bio, micro e macropolítica).

Há, na realidade, uma emergência de perspectivas que buscam essa irrupção, este rompimento e crítica ao sujeito moderno. Algumas buscam diluir o sujeito (Nietzsche, Heidegger, Deleuze-Guatarri), outros buscam problematizá-lo e deslocá-lo, reabilitando-o (Ricoeur, Foucault, Lévinas). Como a Geografia tem se posicionado nestes debates?

Na minha opinião, ainda de forma incompleta ou imprecisa.

Malpas (2017), por exemplo, acusa os geógrafos de não terem lidado bem com a questão do lugar. Talvez ele tenha razão. Qual o problema? Quando o domínio do espaço nos assoberbou, vindo das perspectivas neopositivistas, buscamos dois caminhos: uma construção do espaço como instância social,

via marxismo e neomarxismo, e uma ênfase no lugar e no espaço como experiência e existência, via fenomenologia e existencialismo. No entanto, em ambos os caminhos, nos faltou radicalização para continuamente romper com nossas heranças modernas que se mostram em uma dupla má-solução do cerne da crítica feita à modernidade: o problema epistemológico básico da relação sujeito-objeto que é, como vimos com Heidegger, de natureza ontológica. Dito de outra maneira, não conseguimos nos posicionar de maneira efetiva para reelaborarmos nossa compreensão do sujeito e do objeto, mantendo, via de regra, estruturas consagradas na modernidade e que, aquém de nossos esforços, voltam a nos lançar nas mesmas estruturas cognitivas explicativas da *res cogitans*, de um lado, e da *res extensa*, de outro.

Dito de outra maneira, reproduzimos sentidos e sentimentos de um sujeito egóico que não sofre nenhum abalo, orientado para o dever ser e para o sido, de um lado, e para um espaço e um lugar que são a completa exterioridade como extensividade, como espaço absoluto, como espacialidade geométrica e que está no polo oposto a qualquer percepção ou subjetividade, de outro (mesmo que ligado por laços afetivos ou sentimentos de pertencimento). Reproduzimos também aquela perspectiva do ser mediano, que justamente por não se perguntar pelos modos de ser, reproduz uma visão eurocêntrica, masculina e de classe média: o ponto neutro de uma ontologia tradicional.

Mesmo com a perspectiva da experiência e da existência, tal como fora incorporada pelo movimento humanista, a referência é a apreensão dos sentidos pelo sujeito, estando aí o acento. O que não é levado em consideração o suficiente, no entanto, é a consequência desta ênfase no sujeito: a objetificação do geográfico relegado à completa exterioridade da *res extensa*.

E isso é tanto mais sensível em nossas pesquisas, quando nos lançamos à investigação de situações e realidades geográficas: os lugares, regiões, paisagens, territórios... O quanto nossas pesquisas acabam, como Descartes, trazendo a nós mesmos e não o “mundo”, “ser-no-mundo”, como aquele que está para além da cisão ontológica sujeito-objeto?

Cresswell (2015) reforça esta crítica ao contrapor a perspectiva de lugar associada ao ser-no-mundo (oriunda da fenomenologia e do existencialismo) com a perspectiva que ele denomina de construção social. Na realidade, em um esforço de sistematização, ele acaba identificando três abordagens: (1) uma descritiva, ligada às características únicas e particulares do lugar, de natureza ideográfica, praticada pelos geógrafos regionais; (2) a construção social do lugar, que assume as particularidades dos lugares como processos sociais, associada aos marxistas, feministas e pós-estruturalistas; e (3) a abordagem fenomenológica, que compreende a existência fundada no lugar, praticada por geógrafos humanistas, neo-humanistas e pelos filósofos fenomenólogos.

Estas abordagens, embora apresentem sobreposições em muitos casos, não eliminam as armadilhas que as espreita: todas podem reproduzir extensividade pura, do tempo e do espaço, tratando a espacialidade como pré-dada: espaço vazio no qual substância (sujeitos e materialidades) se apresentam – realidade “presente à vista”.

É fácil de pensar isso: nós geógrafos, não diferente de outras pessoas, continuamos a não abrir mão da referida preposição (“lugar do seminário acadêmico”), ou seja, de indicar a separação clara entre um lugar e os eventos que nele podem ocorrer, ou das pessoas e dos lugares. Para nós, continua muito difícil afirmar, com tranquilidade, que o lugar “evento acadêmico” está para além da separação entre *res cogitans* e *res extensa*. Parece autoevidente diferenciar o que cada um de nós pode perceber sobre a realidade “presente à vista” disposta aos nossos sentidos. Parece autoevidente que falar dos objetos por si e mostrar que estes possuem uma existência independente da moral, dos sentidos, da razão e da volição de qualquer ação que cada sujeito seria bem razoável e aceitável. O mesmo ocorre ao afirmar que cada sujeito, cada eu-pensante em um seminário acadêmico, é um sujeito porque possui sua autoconsciência, e que simplesmente estão no lugar, mas não são o lugar. Não parecem frases corriqueiras, auto-evidentes, verdadeiras?

Pois é justamente contra essa autoevidência, esta verdade ligada à autoconsciência e à cisão ontológica *res cogitans* e *res extensa* que devemos atuar, em busca de uma geografia mais-que-extensiva. Para isso, defendo uma necessidade adverbial que potencialize a multiplicidade de modos de ser, desubstancializando o lugar e albergando-o como emergência e irrupção.

LUGAR COMO TOPOLOGIA DO SER

Podemos agora retomar as duas frases de “Construir, habitar, pensar”, olhando-as a partir da perspectiva da cisão ontológica. Estas expressam uma mudança no próprio pensamento heideggeriano sobre o espaço, o qual estava também refém da concepção tradicional até “Ser e tempo”, apresentando-se de outra forma a partir da Kerhe de seu pensamento, comumente chamado de pós-iragem (MALPAS, 2008; SARAMAGO, 2012).

Esta retomada está orientada menos o que Heidegger aponta e muito mais o que podemos vislumbrar a partir das consequências da afirmação, no sentido absmático:

“A ponte não se situa num lugar. É da própria ponte que surge um lugar.” (HEIDEGGER, 2001, p.133)

Podemos compreender, mesmo sem recorrer ao conjunto da explanação que Heidegger faz sobre a ponte e a quadratura, a radicalidade anti-moderna da colocação: não é o espaço, como res extensa, aquilo que tem extensividade como realidade “presente à vista” que permite a existência de lugares. A ponte não está em algum lugar. A partir da ponte, **surge** o lugar.

O espaço, portanto, não estava lá para ser preenchido, como o vazio sem função, ou uma geometria objetivada pré-existente. “O lugar não está simplesmente dado antes da ponte.” (HEIDEGGER, 2001, p.133), mas surge a partir de um construir, que não precisa de uma construção extensiva para acontecer, embora também possa ser o caso. O que faz Heidegger não é eliminar a extensividade, mas é desfocar o espaço de seu conteúdo extensivo (como ainda estava presente em “Ser e tempo”) para seu sentido como Raum, ou seja, o espaçar como ação de arranjo, de arrumar, o que, junto com o sentido latino de como spatium (arranjo em posições, a partir de relações topológicas de proximidade e distância), remete ao espaço-entre, e não à extensividade como posicionamento geométrico ou algébrico abstrato.

Não devemos menosprezar a força deste movimento. A inclusão do sentido de espaçar topológico permite Heidegger (2001, p.134 – grifos no original) afirmar: **“Por isso os espaços recebem sua essência dos lugares e não ‘do espaço’”**. “Do espaço” é o espaço extensivo, que remete ao espaço moderno, enquanto os espaços possuem sempre um sentido relativo que se dá pela posicionalidade, situacionalidade e emergência dos lugares, a partir das próprias coisas.

Heidegger, em um único movimento, desfoca a questão da relação sujeito-objeto, o que elimina do espaço e do lugar a possibilidade de serem considerados como objetos e mera extensividade: realidade efetiva autoevidente. Ele pondera que a extensividade é um fato e, no entanto, não é ela que constitui a essência do espaço e de lugar.

As sugestões para este movimento estavam antevistas antes da modernidade. Na formulação aristotélica, como vimos, uma topologia está na base da proposição do lugar não como pré-existente, mas como co-emergente a partir da disposição dos corpos. A diferença aqui é a radicalização da proposição a partir da recolocação da diferença ontológica estando a própria existência constituída a partir desta topologia (MALPAS, 2008).

Mas se o lugar e o espaço são topológicos, constituídos nesta posicionalidade relacional de emergências para além do extensivo, qual o papel do sujeito, da res cogitans, neste arranjo?

A segunda frase provocadora abre o caminho para esta meditação:

“Não existem homens e, além deles, **espaço**.” (HEIDEGGER, 2001, p.163 – grifos no original)

Repercutir esta sugestão parece ainda mais desafiador para nossas pesquisas geográficas. No entanto, ela se sustenta a partir do elo estabelecido pela intencionalidade a qual permite dar o primeiro golpe na cisão ontológica res cogitans e res extensa, consistindo na imediaticidade e na forma própria do modo de existência do ser-aí: habitando.

A frase nos provoca a radicalizar a compreensão do sentido essencial de espaço ligado à existência, não como uma determinação, mas como co-emergência. O lugar, nesta acepção, está sempre no contexto de um ser-no-mundo, o que implica que ele não pré-exista nem se fixe: sendo emergência neste conjunto relacional topológico. Isso implica, por outro lado, que pensar os fenômenos que se referem ao humano está na ordem de uma espacialidade não no sentido de sua localização, mas de sua

posicionalidade irruptiva dinâmica que se constitui por e nos lugares. Não como receptáculos, como extensividades. Estaria então espaço e lugar no campo da interioridade, como uma perspectiva de sentimentos, afetos, desejos e laços?

Aqui, uma vez mais, o espectro da cisão ontológica moderna se manifesta, nos fazendo oscilar entre sujeito e objeto, voltando-nos para a subjetivação do conhecimento. Recorrer à interioridade nos faria reforçar o sujeito e a lançar, novamente, o espaço e o lugar como objetos exteriores. “O espaço nem é um objeto exterior e nem uma vivência interior” (HEIDEGGER, 2001, p.163), é a frase que antecede a afirmação em questão.

Esses entendimentos não estão apenas em Heidegger, mas em outras perspectivas que criticam a cisão ontológica da modernidade e buscam dar ênfase às emergências, ao devir, ao movimento, ao acontecimento e à eventualidade, ou seja, à intensividade. Estou, como assinalei de início, certo da difusão da compreensão de tais questões. No entanto, a aceitação de tais posições não parecem ser suficientes para nomearmos o “seminário acadêmico” como lugar, sem realizar alguma ponderação que, ao final, remete à separação entre interioridade e exterioridade como sujeito e objeto. Continuamos com nossa questão de início, agora em outro ponto: como tratar este lugar como emergência, para além da separação sujeito-objeto ou de atribuir a ênfase na interioridade ou na exterioridade?

Gostaria de sugerir pensarmos a problemática da própria nomeação: lugar e espaço, endereçando a questão para um problema de linguagem. Como nos movemos, na crítica à modernidade, ainda com e por suas categorias, o que envolve as diferentes facetas de nossas vivências, talvez precisemos realizar ajustes na linguagem para deslocar o sentido ontológico do lugar da separação absoluta, pontual ou relativa do espaço enquanto extensividade.

Assim, gostaria de sugerir que precisamos flexionar o lugar em lugaridade, o que talvez nos ajude a pensar de forma mais aguda para além da cisão ontológica moderna.

Poderia aprofundar a topologia como forma de desdobrar os modos de ser, em geral e determinados, como o tem feito sistematicamente Jeff Malpas (2008, 2017), mas me permitam seguir outro caminho, propriamente geográfico. Gostaria de retomar ideias de autores do movimento humanista que frequentemente estão na berlinda, acusados de promoverem o essencialismo e de não superarem a cisão sujeito-objeto em suas perspectivas.

Meu objetivo ao realizar este movimento é reforçar o sentido não linear ou não historicista da história filosófica de Casey (1998) sobre o lugar. Na realidade, ela expressa um movimento que tem relação com o espírito de época e as questões prementes que alimentam grandes movimentos filosóficos. No entanto, a coexistência e persistência de movimentos de reforço da cisão ontológica e de busca de sua reelaboração/enfrentamento coexistem e, no caso da ciência, reverberam de forma não linear. Busco também, com esta revisitação aos geógrafos humanistas, mostrar que por vezes a dificuldade de ultrapassagem da cisão ontológica moderna está na nossa forma de ver, a qual nos leva a ler os autores já, de saída, nesta chave. E por isso, uma outra linguagem parece necessária para nos ajudar a expressar, pensar e ser de formas outras.

LUGARIDADE, MAIS QUE LUGAR: A NECESSIDADE ADVERBIAL

Gostaria de retomar a preocupação central dos geógrafos humanistas, que estava na busca por uma perspectiva vivencial e experiencial do espaço, o que os leva ao lugar, na contramão e na contraposição à prevalência do espaço vigente na Geografia da época. O que motivou tais geógrafos a buscar o lugar está bem articulado à confrontação com a supremacia do espaço e sua rígida cisão ontológica sujeito-objeto. Não por acaso, perspectivas neomarxistas, ao defrontar-se também com a necessidade de ir além do espaço extensivo, recorrem ao lugar, como já assinalamos.

Sem querer retomar a historicidade desta geografia, quero reter a forma como a lugaridade já se faz presente, embora com pouca ênfase na maneira como tomamos a obra de tais geógrafos, na constituição da compreensão fenomenológica de lugar na Geografia. O exemplo de E. Relph e Yi-Fu Tuan me bastarão para dar força ao argumento.

Há importantes diferenças na forma como a compreensão de lugar aparece em E. Relph em seus

primeiros trabalhos, sobretudo aqueles em torno de sua obra “Place and placelessness” e naqueles que vieram à luz a partir da década seguinte, nos quais se observa um aprofundamento ou adensamento das consequências de uma perspectiva ontológica em seu trabalho. No entanto, já em sua obra clássica, Relph (1976) aponta não apenas para os lugares como localizações ou sítios, mesmo em sentido afetivo e dos significados, mas ele traz o sentido da lugaridade e da ausência de lugaridade expressa pelo conceito de placelessness como fundamentais na constituição do lugar. Esta adverbialidade dota a constituição do lugar de uma dinâmica existenciária articulada com outras escalas de constituição de espacialidades. Apesar de realizar uma leitura até certo ponto esquemática, buscando caracterizar diferentes formas de espaço e inventariar as maneiras como os lugares, na relação entre interioridade e exterioridade, se constituem, o resultado é menos um catálogo para leitura de lugares, como res extensa, e mais um mosaico de possibilidades de manifestação de lugaridades.

Suas tipificações visam justamente desdobrar os sentidos adverbiais de modo de ser, embora em “Place and placelessness” isso não apareça com a agudeza ou profundidade que receberá posteriormente. Mas ali já se vê não um lugar como res extensa, como objeto, mas um lugar que, voltado tanto para o sentido de lugar quanto para sua materialidade construída, permite o habitar a partir de diferentes modos.

Tratamento distinto recebe em texto de 1985, quando ele se dedica especificamente a uma discussão ontológica, relacionando a geografia científica, a experiência geográfica e o ser-no-mundo. Ele coteja as implicações do embate entre o campo científico e experiencial via ser-no-mundo heideggeriano, procurando desdobrar as considerações sobre a centralidade da experiência de lugar para outros conceitos geográficos, como paisagem, espaço e região (com a significativa ausência do território) como modos geográficos de existência (RELPH, 1985). Embora a lugaridade não apareça de forma explícita neste texto, o sentido de ir para além do ser em geral, em direção aos seres-no-mundo geograficamente determinados, permite projetar uma compreensão de lugar que se coloca para além da dicotomia res cogitans e res extensa. Na realidade, Relph se pauta neste texto sobretudo na analítica existencial de “Ser e tempo”, lançando mão da distinção entre ser-simplesmente-dado e seres-à-mão para diferenciar a perspectiva de lugar da geografia científica, focada nesta instrumentalidade extensiva do “presente à vista”, enquanto a perspectiva de lugar a partir do ser-no-mundo estaria orientada às experiências geográficas.

Esta experiência geográfica, no entanto, para se apresentar como efetiva superação da cisão ontológica moderna, precisa realizar-se no espaço-entre, nem na interioridade nem na exterioridade, sendo tais categorizações mais problemáticas para a linguagem do que caminhos para lidar com a questão posta. No caso do texto de Relph, a referência constante a lugar como fenômeno não fissa suficientemente a linguagem autoevidente, o que poderia ser potencializado ao insistir na adverbialidade da lugaridade, o que ele retomará em trabalhos posteriores (RELPH, 2012). De outro lado, sua preocupação ontológica é de fundo epistemológica, o que significa que a adoção da terminologia heideggeriana ser-no-mundo não é suficiente para romper a cisão ontológica moderna porque, no fundo, há uma preocupação orientada para o sujeito que experiencia, que existe e que conhece geograficamente. Efeito muito semelhante pode ser observado na minha tese de doutorado ou em meus trabalhos subsequentes sobre o habitar em risco e a vulnerabilidade do lugar (MARANDOLA JR., 2008a; 2008b).

O caso de Tuan é ainda mais emblemático, por conta de sua ampla influência e a repercussão de seu trabalho mundialmente. Dois de seus primeiros livros continuam a ser os mais citados, traduzidos e difundidos: “Topofilia” e “Espaço e lugar”, justamente pela originalidade de sua contribuição ao trazer a centralidade do lugar na perspectiva da experiência (TUAN, 2012; 2013).

Sua concepção de lugar é tão atacada quanto celebrada, apresentando variadas acepções e alternâncias em sua trajetória. Seus livros são repletos de sentidos de lugar e de espaço, como uma investigação fenomenológica de modos de ser. O cerne de sua preocupação, na minha leitura, não é definir espaço e lugar, algo que ele faz de forma quase pueril: antes, Tuan está mais preocupado com o fenômeno da experiência, ou seja, como e quais as possibilidades de experiências de lugar, e experiências de espaço, e o que isso implica na constituição de uma vida boa. Dito de outra maneira, poderia chegar a dizer que a obra de Tuan não se presta para fundamentar análises de lugares específicos, como frequentemente operamos em pesquisas, pois ela não é um tratado sistemático de possibilidades de sentidos de lugares. Antes, sua obra está voltada para um sentido universal de lugar, como experiência de mundo, e até certo ponto bastante orientada a um eu-sujeito que pensa e sente o

mundo.

Assim, o problema que aparece para mim na obra de Tuan não é a sua pretensa visão romântica ou idealizada das relações afetivas do lugar (algo que, na minha leitura, não se sustenta como crítica), mas sua adesão a um ser mediano, autoconsciente e que resiste às fissuras e abalos oriundos da espacialidade. No fundo, Tuan é um pensador moderno, e aí está o sentido pleno de seu humanismo que remete à autoconsciência. No entanto, sua ênfase nas experiências e sentidos de lugar são valiosas como adverbialidade se a deslocarmos do sujeito para o espaço-entre, como modos geográficos de existência, para além da internalidade ou da externalidade. O que aconteceria se lêssemos Tuan trocando lugar por lugaridade?

A RESILIÊNCIA DA EXTENSIVIDADE

Este breve reexame das obras de Relph e Tuan nos ajuda a vislumbrar talvez um dos nós problemáticos que temos que enfrentar: reconhecer a presença e manifestação dos efeitos que a cisão ontológica moderna repercute em nosso pensamento (inclusive na leitura que realizamos de outros autores) e ao mesmo tempo reconhecer e radicalizar esforços que nos permitem fissurar a linguagem e ir além da fixação do sentido de lugar a partir de sua nomeação.

Dotá-lo de movência em si não é uma solução, afinal, movimento também está amarrado, na tradição metafísica, a uma base extensiva na qual a posicionalidade se dá em um espaço vazio. A ênfase na lugaridade, ao contrário, nos direciona para um âmbito ontológico próprio, da manifestação das emergências, no qual a questão ora posta sobre o uso ou não da preposição, na realidade, não se efetiva. O fenômeno lugar, pensado a partir das lugaridades de uma geografia-mais-que-extensiva, não se constitui a partir de sujeitos e objetos, mas de emergências, as quais entrelaçam de maneira essencial espaços, lugares e entes em ato, em uma topologia relacional que em sua presentificação acontecimental, não se delinea a partir de uma anterioridade histórica, mas de um acontecer.

Lugaridade assim compreendida poderia nos ajudar a pensar o seminário acadêmico em sua manifestação múltipla, a qual sinaliza o esforço no campo da linguagem para não entificar ou objetificar os seres-no-mundo, seja tratando-os como sujeitos, seja como objetos.

Como o título deste artigo, isso não implica a negação da extensividade, mas a de uma dada compreensão de sua articulação com a exterioridade objetificante. Tratar o espaço para além desta dimensão abstrata, trazendo-o para o âmbito da topologia parece oferecer possibilidades para pensarmos o lugar em sua adverbialidade.

Isso equaciona a cisão ontológica moderna e seus efeitos na subjetivação ou objetivação do conhecimento e da geografia? Certamente que não, mas abre campo para enfrentarmos esta questão ainda mal delineada na geografia e que incide, como assinali, diretamente sobre nosso fazer que, por estar muito ligado a um espaço social extensivo, facilmente nos conduz à reprodução da separação entre sujeito e objeto, o que mesmo em perspectivas orientadas para a interioridade, como vimos, acaba por circunscrever o espaço e o lugar à extensividade objetivada exterior.

Trata-se de um convite à radicalização, a um lançar-se absmático. Mesmo Descartes, um dos responsáveis pela ênfase no sujeito na modernidade, pode ser compreendido como um pensador preocupado com o mundo. Mas um mundo que passa, primeiro, pela consciência de um ego que é autoreferente. Assim, a necessidade contemporânea de fissurar este ego na abertura para o Outro e o diferente é fundamental para que o lugar não seja o templo do ser mediano que se coloca como universal e medida do dever-ser. A lugaridade, como emergência topológica, pode nos ajudar a pensar de forma situada essas geografidades que não se dão no espaço, mas que se constituem como espaços-entre a partir de relações de lugaridades existencialmente significadas em sua multiplicidade, co-existência e conflitividade.

Este parece ser um dos grandes desafios para as geografias de lugar, pois somos lançados continuamente de volta ao espaço extensivo ou a outras facetas de sua compreensão moderna. Parece que misturamos o espaço extensivo com a geografia, de forma linear. Às vezes, porém, para fugirmos disso, fazemos uma subjetivação, um recuo para o si e para a linguagem desencarnada.

Poderíamos pensar que lugar é modo de ser, expresso pela lugaridade. Isso não implica trazer para

a pessoa ou para o si, pois ser se manifesta nos entes, na mundanidade do ser-no-mundo. Modos de ser seria irrupção, vida, pulsação, movimento, encontro, reunião, co-pertencer, tensionamento, transpassamento, embate.

Werther Holzer, em trabalho recente, nos ajuda a pensar este embate. Em texto que reflete a relação território e lugar, recorre à lugaridade como expressão das relações dialógicas estabelecidas no movimento de territorialidade e lugar:

A geograficidade, que expressa a materialidade do espaço geográfico, é compartilhada em nossas vivências cotidianas com a lugaridade que, por sua vez, expressa exatamente essa relação dialógica dos seres em movimento com lugares e caminhos que, como pausa, como convivência íntima, arrumam e delimitam os espaços. (HOLZER, 2013, p. 24)

Neste âmbito, a lugaridade remete ao sentido de compartilhamento e de trânsito entre o intensivo e o extensivo, o que parece fundamental para que o lugar também seja compreendido na chave da alteridade (LIMA, 2019).

A abertura para a alteridade e os modos de ser não implica estar fora do espaço volumétrico extensivo, mas não é nele enquanto tal objetivamente. Por isso a dobra na linguagem para a lugaridade pode ajudar a pensar e a expressar em termos de modos geográficos de existência, os quais constituem, topologicamente, os modos de ser-e-estar-no-mundo, incluindo aí a multiplicidade de entes, para além do ser humano.

Isso resultaria um desestímulo a falarmos de lugares específicos, aqueles que aparecem como “presença à vista” na extensividade? De forma alguma, pois eles estão aí. Mas é importante compreender os modos de ser que se articulam e se tensionam, para permitir uma geografia para além da extensividade, mas também com ela.

Esta perspectiva, como esboço que precisa ser trabalhada e refletida, é uma dentre várias que se orienta para os espaços-entre (entridade), para os limites e dobras da linguagem, para uma topologia do ser e para os enfrentamentos contemporâneos acerca da identidade, da diferença e do colonialismo, que colocam a perspectiva radical do Outro como central em todos estes enfrentamentos.

Mas, para isso, me parece, precisamos retomar a reflexão sobre os limites e as possibilidades do sujeito (e sua relação com o lugar) e suas implicações para um pensamento que se arvora geográfico.

REFERENCIAS

- BERGSON, Henri. O que Aristóteles pensou sobre o lugar. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.
- CASEY, Edward. The fate of place: a philosophical history. Berkley: University of California Press, 1998.
- CRESSWELL, Tim. Place: an introduction. 2ed. London: Wiley Blackwell, 2015.
- DESCARTES, Rene. Meditações sobre Filosofia Primeira. Trad. Fausto Castilho. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.
- HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: HEIDEGGER, Martin. Ensaio e conferências. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HEIDEGGER, Martin. Os problemas fundamentais da fenomenologia. Petrópolis: Vozes, 2005.
- HEIDEGGER, Martin. El arte y el espacio. Trad. Jesús Adrián Escudero. Barcelona: Herder, 2010.
- HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. (Trad. Fausto Castilho) Campinas: Ed. Unicamp, 2012.
- HOLZER, Werther. Sobre territórios e lugaridades. Cidades, v.10, n.17, p.18-29, 2013.
- KANT, Immanuel. Géographie. Trad. M. Cohen-Halimi; M. Marcuzzi; V. Seroussi. Paris: Aubier, 1999.

- KUJAWSKI, Gilberto de M. Descartes existencial. São Paulo: Herder, 1969.
- LÉVINAS, Emmanuel. De outro modo que ser ou para lá da essência. Tradução de José L. Pérez; Lavínia L. Pereira. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.
- LIMA, Jamille S. Identidade e lugar na metafenomenologia da alteridade Payayá. *GeoTextos*, v.15, n.2, p.13-33, 2019.
- MALPAS, Jeff. Heidegger's topology: explorations in the topology of being. Cambridge: MIT Press, 2008.
- MALPAS, Jeff. Heidegger and the thinking of place: explorations in the topology of being. Cambridge: MIT Press, 2017.
- MARANDOLA JR., Eduardo. Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana contemporânea. 2008a. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.
- MARANDOLA JR., Eduardo. Entre muros e rodovias: os riscos do espaço e do lugar. *Antropolítica*, n.24, n.1,2, p.195-218, 1º Sem. 2008b.
- MARANDOLA JR., Eduardo. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Orgs.) Qual o espaço do lugar? Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p.227-247.
- MASSEY, Doreen. Space, place and gender. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- MASSEY, Doreen. Pelo espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. O visível e o invisível. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- RELPH, Edward. Place and placelessness. London: Pion, 1976 [2010].
- RELPH, Edward. Geographical experiences and being-in-the-world: the phenomenological origins of geography. In: SEAMON, David; MUGERAUER, Robert (Eds.) Dwelling, place & environment. New York: Columbia University Press, 1985. p.15-32.
- RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Orgs.) Qual o espaço do lugar? Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p.17-32.
- SAINT-EXUPÉRY, Antoine. Le petit prince. Paris: Folio, 1999.
- SARAMAGO, Ligia T. A topologia do ser: lugar, espaço e linguagem no pensamento de Martin Heidegger. Rio de Janeiro: Loyola, 2008.
- SARAMAGO, Lúcia. Como ponta de lança: o pensamento do lugar em Heidegger. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Orgs.) Qual o espaço do lugar? Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p.193-225.
- TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. (Trad. Livia de Oliveira) Londrina: Eduep, 2012.
- TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. (Trad. Livia de Oliveira) São Paulo: Eduep, 2013.